**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o **(inserir nome do município/UF ou estado e código do IBGE)**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob n° **(inserir número)**, neste ato representado por seu (sua) Representante Legal, o Sr (a) **(inserir nome e número de inscrição no CPF)**, para fins de recebimento do Auxílio Emergencial à Gratuidade dos Idosos previsto na Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, declara que:

|  |
| --- |
| 1. **Para resposta exclusiva de proponentes municipais:**
 |
| 1.1 ( ) O município é responsável pelo serviço de transporte público coletivo urbano intramunicipal regular em operação ou integra consórcio público com essa finalidade. |
| 1.2 ( ) O município é o responsável pela gestão de sistema de transporte público integrado metropolitano. |
| 1.3 ( ) O Município servido por transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano sob responsabilidade de outro município. Se sim, cite o Município/UF: (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) |
| 1. **Para resposta exclusiva de proponentes estaduais:**
 |
| 2.1 ( ) O estado é responsável pela gestão de serviço de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano ou semiurbano, inclusive por meio de consórcio público |
| 2.2 Listar municípios atendidos:  |

Todas as informações prestadas e fornecidas pelo ente no Módulo Fundo a Fundo da Plataforma + Brasil são verídicas, tendo plena ciência de que a eventual falsidade dos dados prestados fica sujeita às sanções penais e administrativas do ordenamento legal vigente.

 *(Local, data)*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 *(nome e assinatura do representante legal do proponente)*